



MEMO SUPRAM JEQ nº.1954/2013

Diamantina, 18 de novembro de 2013.

Diretoria de Apoio Técnico e Normativo – DITEN

Diante das conclusões do Memorando SURA nº.204/2013, encaminho o Recurso Administrativo, com pedido de reconsideração, interposto perante esta Supram – Jequitinhonha, por CBI Agropecuária Ltda., Processo Administrativo nº. 02233/2005/003/2012, em 21/08/2012, sob o protocolo de nº.R285175/2012 (fls.1341/1482), contra decisão da URC/COPAM/Jequitinhonha, que concedeu Licença de Operação Corretiva com condicionantes ao empreendimento, quando da realização da 65ª Reunião Ordinária realizada em 19/07/2012.

O Recurso Administrativo em tela, em pedido de reconsideração, solicitava a URC/COPAM/Jequitinhonha alteração das condicionantes nº. 03, 04, 10, 14 e exclusão das condicionantes nº 02, 11, 22, 24, 26 e 27 contidas no Parecer Único nº 0491919/2012 da Licença de Operação Corretiva - LOC nº 089/12.

Em análise ao pedido de reconsideração, e subsidiado por Parecer Único da Supram-Jequitinhonha, acerca do recurso interposto, decidiu a URC/COPAM/Jequitinhonha em sua 76ª RO realizada no dia 08/08/2013, em alterar as condicionantes nº.02, 04 e 14 e em excluir as condicionantes 11, 22 e 27 da LOC nº.089/12. **Portanto, decisão da URC/COPAM/Jequitinhonha, manteve as condicionantes 02 (com alteração), 03, 10, 24 e 26 da LOC nº.089/12.**

Dessa forma, caberá a Câmara Normativa Recursal – CNR, a análise e julgamento, com pedido de exclusão/alteração das condicionantes abaixo relacionadas, com base na síntese das alegações do Recorrente, conforme abaixo:

2



1) **Exclusão da condicionante nº.02, e a substituição da mesma por condicionante que determine a relocação da Reserva Legal da Fazenda Três Cedros na Fazenda Irarema;**

2) **Alteração da condicionante nº. 03, para determinar a recomposição da APP em consonância com os artigos 61-A, §§ 3º, 5º, 6º e 12º e 13º, inciso I da Lei Federal nº. 12.651/2012 (Novo Código Florestal Brasileiro);**

3) **Alteração da condicionante nº. 10, para determinar a realização de uma amostragem 30 (trinta) dias após a adequação da SAO e outra 180 (cento e oitenta) dias após essa primeira amostragem, para que seja verificada a eficiência da Caixa SAO;**

4) **Exclusão da condicionante nº. 24, sob a alegação de que apesar de se tratar de uma recomendação e de não gerar obrigação para o empreendedor, já que é imposição legal, não haveria qualquer necessidade de constar como condicionante;**

5) **Exclusão da condicionante nº. 26, e alternativamente sua alteração, sob a alegação de que a empresa já presta todas as informações aos órgãos competentes (IEF e IBAMA), e desse modo a verificação dessas informações poderia ser feita pela integração dos sistemas (Cadastro Técnico Federal - CTF (IBAMA) e Plano de Auto Suprimento - PAS e Plano Trimestral de Abastecimento - CAS (IEF)) para consulta do órgão ambiental, e caso seja mantida, solicita que a obrigação da entrega de relatórios seja anual e sempre depois da entrega dos competentes relatórios aos órgãos (IBAMA e IEF), qual seja, em janeiro o CAS e em abril o CTF.**

Tempestivo o Recurso interposto, porque protocolado dentro do prazo legal previsto no art.20 do Decreto Estadual nº. 44.844/2008.

Importante salientar, que não houve à apreciação do juízo de admissibilidade, quando da análise do Recurso Administrativo interposto, conforme previsão do Parágrafo Único do art.19 do Decreto Estadual nº.44.844/2008. Dessa forma, com o intuito de sanar tal omissão e



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Jequitinhonha

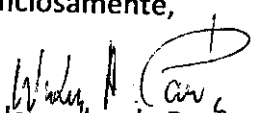
**SUPRAM
JEQ.**

convalidar os atos praticados, encaminho para apreciação o referido Juízo de Admissibilidade com efeitos retroativos a 30/07/2013, data do Parecer Único nº. 0491919/2012 (fls.1555/1564), que subsidiou a decisão da URC/COPAM/Jequitinhonha, em sua 76ª RO realizada no dia 08/08/2013, em análise ao pedido de reconsideração.

Salienta-se, por último, que o procedimento adotado, está em consonância com as disposições contidas na Resolução SEMAD nº.1204, de 03 de setembro de 2010, que dispõe sobre o trâmite de recursos a serem encaminhados para julgamento na CNR e em orientações desta Diretoria Técnico Normativo.

Segue em anexo, a folha "juízo de admissibilidade" devidamente elaborada para análise do Secretário Executivo do COPAM, juntamente com 04 (quatro) volumes do PA nº. 02233/2005/003/2012.

Atenciosamente,


Wesley Alexandre de Paula
Diretoria de Controle Processual
Masp. 1107056-2

Diretoria de Apoio Técnico Normativo.
Avenida Prefeito Américo Gianetti, s/n.
Cidade Administrativa, Edifício Minas – 2º andar.
CEP: 31.630-900
Belo Horizonte / MG

